

O PCB frente à questão negra

A forma como a questão negra foi historicamente tratada pelo movimento operário brasileiro cumpre um papel fundamental na explicação do ceticismo atualmente predominante na esquerda no que diz respeito à possibilidade da classe operária emergir como sujeito político independente da burguesia a partir de uma estratégia de unidade das fileiras proletárias, bem como da hegemonia da classe operária sobre os demais setores mais explorados e oprimidos da sociedade. Em certo sentido, a questão negra no Brasil, ligada à questão agrária, cumpriu um papel análogo ao da questão agrária e da questão nacional na Rússia. Enquanto a resposta correta a esses problemas por parte do Partido Bolchevique russo foi fundamental para o triunfo da revolução de 1917, a resposta errada aos mesmos por parte do stalinismo brasileiro foi fundamental para o desvio e a derrota dos principais acontecimentos da história da luta de classes no país.

O corporativismo economicista do anarco-sindicalismo

Apesar da enorme presença da luta negra contra a opressão e a exploração que sofriam (tanto no campo quanto na cidade); apesar dessa luta se relacionar por múltiplas vias com os trabalhadores

imigrantes europeus, nas resoluções dos primeiros três congressos operários do país – que reuniram os setores mais conscientes do movimento sindical em 1906, 1913 e 1920 –, nem mesmo se encontra qualquer referência à palavra “negro”. As primeiras greves gerais que unificaram distintas categorias nas principais cidades como a que ocorreu em 1907 e em especial a de 1917, tiveram como demandas centrais a redução da jornada de trabalho e o aumento dos salários, sem levantar qualquer demanda específica da população negra que fortalecesse os laços entre os setores mais organizados e mais precários da classe trabalhadora ou defendesse as demandas dos camponeses pobres. Essa é a maior demonstração de que a política burguesa de utilizar o imigrante europeu como um instrumento para aprofundar as divisões entre as fileiras da classe operária e entre essa e as demais classes oprimidas teve significativo êxito, conseguindo inculcar no proletariado branco mais organizado e concentrado nos polos mais dinâmicos da economia boa parte da naturalização daquelas condições sociais estruturadas sobre o racismo.

Por mais que não houvesse um racismo ofensivo no proletariado brasileiro, tal como se desenvolveu na aristocracia operária dos países imperialistas, o que seria muito difícil pela própria inexistência de uma aristocracia operária baseada em concessões materiais mais profundas, a burguesia teve êxito em difundir os preconceitos do racismo velado e escamoteado que se escondia por trás da ideologia da “democracia racial”, que tinha como objetivo justamente naturalizar aquelas condições econômicas, políticas e sociais baseadas no racismo, mas sem precisar recorrer ao racismo com argumentos genéticos como foi na escravidão. A ideologia da democracia racial cumpriu um papel essencial para impedir que se desenvolvessem as tendências à unidade das fileiras operárias e à hegemonia operária sobre as demais classes exploradas e oprimidas do país.

O corporativismo economicista próprio das ideias anarco-sindicalistas, trazidas pelos imigrantes europeus que influenciaram majoritariamente a direção do movimento operário brasileiro em suas primeiras décadas de existência, se acomodou à ideologia da “democracia racial”. A direção anarco-sindicalista, ao adotar uma estratégia sindicalista, se adaptava ao racismo imperante no país. Essa capitulação ao racismo das elites brancas chegava ao ponto dos anarquistas combaterem a ideia de que a luta contra a opressão racial deveria ser parte do programa defendido pelos sindicatos.

A influência da “democracia racial” nas origens do PCB

Desde o seu nascimento, em 1922, o primeiro documento do PCB em que encontramos algo que diz respeito à opressão ao povo negro foi em uma manifesto publicado às vésperas do golpe militar de 1930, no qual podemos ler: *“Trabalhadores negros! – a vossa escravidão continua! Lutai em conjunto com outros trabalhadores contra a exploração feudal, por vossa libertação definitiva!”*.¹ Em julho desse mesmo ano, o PCB apresenta como candidato à presidência da república o operário negro Minervino de Oliveira, apesar de em sua plataforma não constar qualquer programa especial contra a opressão racial.

Em “Agrarismo e Industrialismo”, o primeiro ensaio com uma tentativa de interpretação mais profunda e de viés marxista da formação social do Brasil, escrito entre 1924 e 26 por um dos dois principais dirigentes do PCB – Octávio Brandão – lemos que *“não havia brasileiro – um tipo definido [e sim] uma mistura desordenada de raças e sub-raças”*. Ou seja, para o PCB não existia uma diferença de qualidade entre o brasileiro negro, que constituía a esmagadora maioria mais pobre da população do campo e da cidade, a elite branca proveniente da corte imperial ou da burguesia nascente, uma classe operária sindicalmente organizada de maioria bran-

¹Ver “Raça, classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro” (1922-1964); Pedro C. Chadarevian.

ca originada da imigração europeia e concentrada nos melhores empregos, e uma miscigenação que – por maior que fosse – não invalidava essa estrutura fundamental. Isso demonstra que desde suas origens o PCB se adaptava aos preconceitos da “democracia racial”, que anos depois foram transformados em ideologia consciente por Gilberto Freire.

Ao longo da década de 20, o PCB trabalhou com o marco estratégico de que, depois das rebeliões tenentistas de 1922, 1924 e da Coluna Prestes, haveria uma “terceira rebelião tenentista”, para a qual apostavam em concretizar uma aliança entre a classe trabalhadora, o movimento tenentista e os capitalistas industriais – que significaria a união dos setores da sociedade interessados no desenvolvimento industrial do país contra os setores agrários interessados no latifúndio agroexportador – como uma primeira etapa do desenvolvimento capitalista necessário para uma posterior luta pelo socialismo (uma leitura mecânica, de viés menchevique, do marxismo). O bloco entre esses três setores sociais urbanos seriam os “industrialistas” do livro “Agrarismo e Industrialismo”. Desta forma, o PCB, em suas origens, substituía a estratégia de lutar pela unidade das fileiras operárias e pela hegemonia proletária sobre as demais classes subalternas como ferramentas para que a classe trabalhadora emergisse como sujeito político independente da burguesia pela aliança estratégica com as classes médias urbanas (extrato social do qual provinham os tenentes) e a burguesia industrial.

Enquanto a estratégia de independência de classe exigiria colocar a resposta à questão negra no centro de uma política operária, a estratégia de conciliação de classes não poderia aceitar a afirmação da identidade negra, sob pena de colocar em risco a hegemonia burguesa. A consequência, por mais que seguissem fazendo propaganda do socialismo e do triunfo da classe operária na Rússia de 1917, era a adaptação à democracia racial como parte de uma estratégia nacional-desenvolvimentista.

O sectarismo do PCB em relação às demandas do povo negro

Entre 1929 e 1934, o Brasil atravessava um convulsivo período marcado pelos impactos da aguda crise econômica desatada com o crack da bolsa de Nova York em 1929; por fortes crises entre as distintas frações da burguesia (incluindo dois momentos de guerra civil e golpes militares em 1930 e 1932); por um poderoso ascenso de greves operárias; por elementos de guerra civil no campo ligados ao fenômeno do canção de Lampião; e pelo desenvolvimento do integralismo e de bandas fascistas armadas que passam a atacar as organizações operárias. Durante esses anos, o PCB é influenciado pelo chamado “Terceiro Período” da Internacional Comunista sob comando do stalinismo. Depois das derrotas sofridas pelos PCs em todo o mundo – inclusive na União Soviética – como subproduto da orientação estratégica em geral oportunista que caracterizou o período de 1924 a 1928, o stalinismo forçou um giro predominantemente ultra-esquerdista para todos os PCs².

Nesse giro, os PCs foram orientados a rechazarem a frente única com outras organizações operárias, romper com sindicatos de massas comandados por direções reacionárias e fundar sindicatos paralelos apenas com os comunistas, bem como negar ou combater a ideia de que a classe operária deveria assumir para si as demandas democráticas que a burguesia não era capaz de realizar, dentre as quais se inseriam muitas das demandas relativas à questão negra.

O ascenso negro nos anos 30 é capitalizado pelo integralismo

Pelo menos desde 1887 tem-se notícia do surgimento e da proliferação de organizações de negros, chegando alguns pesquisadores a contabilizar a existência de 123 associações negras até a década de 1930. A maior parte delas terem um conteúdo centralmente assistencialista,

² A orientação em geral oportunista de 1924-28 não deixou de contar com traços ultra-esquerdistas para cobrir-se pela esquerda. Mas esses traços nem se comparam ao que foi a linha em geral ultra-esquerdista que passou a primar a partir de 1929.

recreativo e/ou cultural, e algumas relacionadas aos trabalhos compostos por muitos negros (como portuários, ferroviários e ensacadores) tenham um conteúdo sindical. Mas estas terminavam sendo um espaço de afirmação da identidade negra e de resistência em relação à brutal opressão racista e marginalização econômica que sofriam. Paralelamente a essas associações, desenvolveu-se uma ampla rede de imprensa negra, contabilizando a existência de pelo menos 31 jornais desse caráter que circularam até a década de 30. Esses jornais enfocavam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, habitação, educação e saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para a denúncia contra o racismo do regime de segregação racial que sofriam na prática, o qual impedia os negros de ingressar ou frequentar determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas escolas, ruas e praças públicas.

Se o PCB tivesse articulado um programa de independência de classe tanto para as demandas operárias como para as demandas democráticas mais sentidas pela maioria explorada e oprimida da população, em especial aquelas que diziam respeito ao povo negro, a extensão de sua influência sobre uma grande parte desse poderoso movimento negro em ascensão seria segura. Entretanto, o que aconteceu foi o contrário. Deu-se algo análogo ao que Trotsky analisou frente à ascensão do fascismo na França na década de 1930³. No contexto referido, Trotsky explicava que, em cenários deste tipo, de crise econômica e política aguda, de degradação acentuada das instituições da democracia burguesa em função da degeneração do capitalismo e da polarização social, na medida em que a classe operária não dá uma saída de fundo – revolucionária – às demandas mais sentidas pelas massas, seu desespero a leva os setores mais pauperizados da população para os braços do fascismo, que oferece uma alternativa

³ Ver "Aonde vai a França", de León Trotsky.

também radical, apesar de que com um sentido simetricamente oposto, repleto de demagogia. Foi exatamente o que aconteceu no Brasil na década de 1930.

A Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em 1931, constituiu-se como a mais importante organização negra urbana existente até então, sendo influenciada pela ideologia fascista tupiniquim encarnada no integralismo, inspirado por Hitler e Mussolini. As “delegações” (espécie de filiais) e grupos homônimos da FNB em diversos estados (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia) chegaram a arregimentar milhares de negros. Algumas pesquisas dizem que a FNB chegou a reunir, em seis meses de existência, 25 mil membros, além de organizar “milícias frente-negrinas” inspiradas nos “boinas verdes” do fascismo italiano. Transformando-se em partido político em 1936, a FNB chegou a ser recebida em audiência por Vargas, tendo algumas de suas reivindicações atendidas, como o fim da proibição de ingresso de negros na guarda civil em São Paulo.⁴

A aproximação entre a FNB e a ideologia fascista/integralista é uma demonstração monstruosa de como as oscilações estratégicas oportunistas e ultra-esquerdistas do PCB, somadas à adaptação aos preconceitos racistas disseminados na classe operária imigrante branca, impedia a vanguarda operária de responder à altura da real dimensão em que se colocava a questão negra no Brasil.

A defesa formal das demandas negras subordinadas a uma estratégia de conciliação de classes

Em sua plataforma para a Assembleia Constituinte de 1934, o PCB, em um novo giro político, defendeu pela primeira vez a

igualdade absoluta de direitos econômicos, políticos e sociais sem nenhuma distinção de cor ou nacionalidade. (...) amplo direito das nacio-

⁴ “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos”, Petrônio Domingues.

nalidades oprimidas de disporem de si mesmas, inclusive o direito de separação, constituindo seus próprios governos, separados do governo federal e dos estaduais, com território, governo, costumes, religião, língua e cultura próprios.

Entretanto, essa demanda, que era parte do programa legado pela tradição revolucionária da 3ª Internacional antes da degeneração stalinista, longe de ser parte da luta pela hegemonia proletária por uma estratégia de independência de classe, se colocou inteiramente dentro de um perspectiva estratégica de conciliação de classes.

A partir de 1934, a Internacional Comunista, golpeada pela derrota histórica que significou o ascenso do fascismo na Europa, o qual não teria triunfado sem a nefasta orientação ultraesquerdista do “Terceiro Período”, dá uma nova guinada à direita, teorizando e impulsionando as chamadas “frentes populares” em todo o mundo, que consistiam em buscar alianças estratégicas com as chamadas “alas esquerdas” da burguesia em cada país como forma de se defender do fascismo.

No Brasil, a concepção teórico-estratégica de conciliação de classes que marcou as origens do PCB se vê fortalecida, legitimada e potencializada, o que se materializou na chamada Aliança Nacional Libertadora (ANL), um rejunte do PCB com setores burgueses e pequeno-burgueses opositoristas ao varguismo, que rapidamente ganhou ampla influência de massas devido ao prestígio que Luís Carlos Prestes trazia das rebeliões tenentistas da década de 1920.

O elogio do PCB à “democracia racial”

Depois da ditadura militar do Estado Novo, no período que transcorreu entre 1943 e 1946, em meio a um forte ascenso operário, o PCB teve um crescimento vertiginoso. Segundo alguns pesquisadores este partido alcançou cifra de 200 mil filiados, chegando a ter várias editoras, diversos semanários e oito jornais diários distribuídos nas

principais cidades do país, com uma tiragem de 50 mil exemplares no Rio de Janeiro. Nas eleições de dezembro de 1945, o PCB concorreu à Presidência da República e à Assembleia Nacional Constituinte, obtendo 10% da votação nacional. Num universo de 320 parlamentares, elegeu 15 deputados federais e um senador, sendo Prestes o segundo mais votado no país, suplantado apenas por Vargas. Entre as 13 agremiações partidárias, o PCB tornou-se a quarta força eleitoral do país, atrás do Partido Social Democrático (PSD), da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em janeiro de 1947, quando se realizaram eleições para governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores, o PCB elegeu 18 vereadores no Rio de Janeiro, compondo a maior bancada da Câmara Municipal do Distrito Federal.

Essa conjuntura de especial fortalecimento do PCB expressa um caldo de cultura extremamente favorável à defesa de um programa que novamente voltasse a articular as demandas operárias com a luta pelas demandas democráticas mais candentes do país, colocando a questão negra no centro da política de um partido proletário, relacionada à questão agrária. Entretanto, todo esse crescimento estava a serviço de cumprir o papel de agente da burguesia no movimento operário para conter as greves e amortizar as tensões da luta de classes, defendendo que era necessário “evitar agitações”, “apertar os cintos” e “passar fome se for preciso”, tudo em prol da manutenção da aliança circunstancial de Vargas com a União Soviética.

Frente ao ascenso operário de meados dos anos 40, o PCB oscilava entre a defesa do “aprofundamento da democracia racial” e o contentamento com a “democracia racial” tal como existia, chegando a colocar-se à direita dos setores liberais burgueses e de classe média da UDN que propunham leis para a garantia dos direitos civis mais elementares aos negros.

Por um lado, o escritor e deputado comunista Jorge Amado propôs à Assembleia Nacional Constituinte de 1946 um projeto da primeira lei federal que estabeleceria a liberdade para a prática das religiões afro-brasileiras. Nesse mesmo sentido, ocorre também a criação do Teatro Experimental do Negro, que tem como um de seus principais expoentes o ator, poeta e teatrólogo comunista Francisco Solano Trindade, que também era influenciado por um espírito de “aprofundamento da democracia racial”.

Entretanto, por outro lado, nesse mesmo período, quando o senador Hamilton Nogueira (UDN) apresentou à mesma Assembleia Nacional Constituinte um projeto de lei anti-discriminatório, formulado originalmente na Convenção Nacional do Negro um ano antes, o PCB se opôs ao projeto, alegando que a lei iria “*restringir o conceito amplo de democracia*”; e que ter uma política especial frente à questão negra “*dividiria a classe trabalhadora*”.⁵ Desta forma, o PCB deixa a direção do movimento negro nas mãos dos setores burgueses e pequeno-burgueses liberais herdeiros de Gilberto Freire.

A debilidade dos trotskistas dos anos 30 frente à questão negra

Se por um lado os trotskistas da Liga Comunista Internacionalista (LCI) tinham como parte de sua estratégia a luta pela reforma agrária e por uma Constituinte Livre e Soberana, em luta política contra todas as frações da burguesia, buscando os métodos da luta de classes para que setores de vanguarda da classe operária pudessem emergir como um sujeito político independente ligado à hegemonia das outras classes oprimidas da sociedade, por outro lado sua política equivocada em relação à questão negra transformava-se em um enorme obstáculo para que pudesse estender sua influência sobre as massas mais exploradas e oprimidas do país.

⁵ Abdias do Nascimento, “Depoimento”, Memórias do exílio, Pedro Celso Uchoa e Ramos Jovelino (orgs.), São Paulo, Livramento, 1978, p. 33. Retirado de “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos”, escrito por Petrônio Domingues entre 2006 e 2007.

Apesar da LCI ter sido uma das poucas organizações trotskista do mundo que durante o Terceiro Período stalinista conseguiu obrigar o PCB a participar de uma frente única operária antifascista, como a que ocorreu na “Revoada dos Galinhas Verdes” – uma frente política que expulsou os integralistas da praça da Sé em 1934 –, seu relativo dogmatismo lhes impediu de ver que a questão negra no Brasil se colocava como uma questão democrática fundamental que deveria ser respondida pelos revolucionários, dificultando a capitalização desse triunfo tático para constituir-se como uma alternativa de massas ao PCB.

Mesmo que uma orientação distinta não garantisse que a LCI pudesse superar a força que o PCB recebia do aparato stalinista assentado sobre a Internacional Comunista, seguramente teriam sua influência estendida de forma qualitativa e legariam um programa e uma estratégia que fez falta às gerações futuras. O “cosmopolitismo” (no mau sentido) e dogmatismo dos primeiros verdadeiros marxistas brasileiros – os dissidentes do PCB que fundaram a LCI – os impediu de dar um peso minimamente consequente ao tema, de modo que a aproximação da Frente Negra Brasileira ao integralismo, em particular a adesão de um líder negro como João Cândido a Plínio Salgado, fazem as vezes de balanço histórico desse erro (não obstante os importantes méritos que tiveram em outros âmbitos).

A questão negra frente ao golpe de 1964

Desde meados da década de 1950, o PCB consolida uma aliança estratégica com os setores da burguesia chamada “progressista e democrática” que se aglutinavam em torno ao PTB, dentre os quais João Goulart era o principal expoente e representante político. Essa aliança estratégica se expressava fundamentalmente na defesa em comum das chamadas “reformas de base” como a grande expressão do projeto nacionalista burguês. As reformas de base eram um conjunto de projetos de Lei elaborados em 1954 e encaminhados ao parlamento

em 1958, que tratavam de uma série de pequenas reformas mínimas e restringidas – centralmente elementos de reforma agrária, urbana, política e educacional – para conceder algumas migalhas frente a algumas das principais demandas democráticas que se acumulavam durante décadas e eclodiam como chagas vivas naqueles anos convulsivos. Ou seja, ao contrário de se apoiar no ascenso operário e camponês em curso desde meados da década de 50 para lutar pela resolução íntegra e efetiva das questões democráticas mais candentes, o que só poderia ser feito em base a uma estratégia baseada na luta de classe contra as distintas frações da burguesia, o PCB se subordinava à defesa de reformas cosméticas pela via controlada dos instrumentos do Estado.

A questão negra foi a única questão democrática mais estrutural do país que não contou com nem mesmo a mínima menção dentre as “reformas de base”. Por suposto, esse não era um mero esquecimento. Se por um lado a implementação de elementos parciais, restringidos e controlados de reforma agrária, urbana e educacional era útil ao desenvolvimento de determinados setores capitalistas em sua disputa com o capital imperialista, por outro lado, a afirmação da identidade negra, na medida em que serviria como motor da luta de classes, apenas ameaçaria as possibilidades de reformas parciais e controladas, assim como questionaria as bases da acumulação capitalista assentada sobre a exploração exacerbada das massas negras. O próprio João Goulart era um dos latifundiários mais ricos do país. Desta forma, o PCB não só abria mão em geral de defender soluções de fundo para os problemas democráticos mais candentes como virava as costas para a questão negra em particular, separando-a das questões agrária e urbana. Assim, o PCB seguiu deixando a questão negra nas mãos dos liberais burgueses e de classe média que defendiam melhorias na “democracia racial”.

Mas a realidade da luta de classes e os problemas mais profundos da formação nacional não respeitaram os esquemas stalinistas. As

duas expressões mais profundas e explosivas do processo revolucionário que culminou no golpe de 64 foram negras por excelência: as Ligas Camponesas e a Rebelião dos Marinheiros. Os marujos e sargentos que romperam a hierarquia militar e abriram uma crise de duplicidade de poder no interior das Forças Armadas, chegando a se armarem para resistir ao golpe militar, eram, em sua quase totalidade, compostos por negros; assim como os camponeses que, influenciados pela Revolução Cubana, decidiram se armar para lutar pela reforma agrária.

O PCB, que dirigia a esmagadora maioria dos sindicatos, se tivesse adotado uma estratégia de independência de classe, poderia ter unificado essas forças para lutar pelas demandas mínimas e democráticas mais sentidas do país, articulando as demandas que respondiam à questão negra, à questão agrária, à questão urbana e às reivindicações operárias. Esse seria o programa de uma efetiva resistência ao golpe militar, que, formando milícias operárias e camponesas, preparasse as bases de uma insurreição vitoriosa. Entretanto, se essa perspectiva histórica não se materializou foi devido à estratégia do PCB de seguir a reboque do janguismo até o último momento, enfrentando-se contra as tendências mais radicais do movimento de massas para contê-las e desviá-las sempre que essas ameaçavam dita aliança.

Os balanços que historicamente primaram na esquerda em relação ao golpe militar – seja aquele que atribui a derrota às supostas ações ultra esquerdistas dos marinheiros e das Ligas camponesas, seja aquele que debita a tragédia em uma “imaturidade” da classe operária – estão a serviço de encobrir o real papel cumprido pelo stalinismo frente ao golpe, tendo como resultado a naturalização de um ceticismo quase “ontológico” em relação à possibilidade da classe operária emergir como sujeito político independente da burguesia.

Isso não significa que caso o PCB tivesse adotado uma estratégia correta, ou caso uma organização trotskista emergisse e ganhasse

influência de massas, o Brasil teria sido necessariamente a porta de entrada para a União de Repúblicas Socialistas da América Latina. Mas tampouco significa que essa possibilidade estivesse descartada. Como mínimo, o que sim é certo é que uma estratégia correta – ou até mesmo um balanço revolucionário desse processo, como base para a construção de uma tradição revolucionária no Brasil – teriam permitido que a vanguarda proletária chegasse melhor preparada no ascenso operário dos fins dos anos 70.

Entretanto, não existe nem mesmo setores de vanguarda – e muito menos setores de massas – que tenham tirado as lições corretas de toda a trajetória do PCB até sua debacle completa frente ao golpe de 64. Uma das maiores aberrações da história da classe operária brasileira foi o fato de que a fundação do PT se deu por fora de qualquer lição estratégica da experiência do PCB, fechando os olhos para a enorme experiência vivida pela classe operária nas décadas anteriores. Essa é a principal marca do pragmatismo que caracteriza a trajetória do movimento operário brasileiro, um esquecimento funcional ao projeto reformista e de conciliação de classes que a burocracia lulista, a igreja e a intelectualidade pequeno-burguesa desde o início buscaram impor ao PT.